

EM TEMPO!

Agosto de 1988 — Nº 228 — Ano XI — Cz\$ 120,00

A Constituinte na hora da decisão

O PT cerra fileiras das conquistas do 1.º turno e discute qual a posição que deve tomar diante da nova Carta.

Págs 2,3,4 e 5



A XIX Conferência do PCUS e a tradição de outubro

(Págs. 6, 7 e 8)

A mudança de voto no fogo da hora

De como o voto sim na Constituição interrompeu um processo contraditório mas rico de construção de uma posição comum na direção e na base do partido.



João Machado

No dia 20 de julho, realizou-se em Brasília uma reunião conjunta da Comissão Executiva Nacional do PT e da bancada federal do partido, tendo como temas centrais da pauta o balanço do primeiro turno do Congresso Constituinte, a definição da tática do partido no segundo turno, a posição do partido diante da nova Constituição.

O PT definiu uma avaliação do texto saído do 1º turno. Conforme resumiu o companheiro Lula na FSP (25/07/88): "O PT reconhece que, neste texto, existem alguns itens que em parte contemplam direitos e liberdades reivindicados pelos trabalhadores e pela população. Foram conquistas conseguidas graças à minoria de parlamentares progressistas e aos setores organizados do movimento sindical e popular. Mas o PT também constata que o conjunto geral da nova Constituição é extremamente conservador e em grande parte neutraliza os avanços conquistados. A Carta Magna que vai estar em vigor nos próximos anos mantém quase todas as principais injustiças, desigualdades e misérias sofridas pelo povo brasileiro há tanto tempo."

Coerente com esta avaliação, o PT definiu uma tática de **deslegitimar** o projeto de Constituição; na questão imediata do voto global do projeto saído do 1º turno, o PT se pronunciou pelo voto **não**; continuaria o debate do voto nas fases seguintes (o voto após as emendas supressivas do 2º turno e da redação final) e da questão que conclui todo o processo: a assinatura ou não pelos deputados da Constituição aprovada.

Ao mesmo tempo, o PT lutaria pela manutenção e pela ampliação das pequenas conquistas do 1º turno, chamando para tanto à mobilização das entidades

do movimento sindical, popular e democrático.

É importante ressaltar que esta posição foi tomada por amplíssima maioria dos membros da Executiva e da bancada federal: apenas o companheiro Plínio Sampaio defendeu o voto **sim** ao projeto do 1º turno. É importante também assinalar que esta posição vinha sendo amadurecida pelo partido, em particular pela Executiva e pela bancada. Já reproduzimos no último EM TEMPO a resolução da Executiva Nacional de 28/29 de maio, que definiu já uma posição de denunciar e deslegitimar a nova Constituição. Do mesmo modo, a questão do voto **não** já tinha sido discutida e sido majoritária em reuniões anteriores da Executiva Nacional e da bancada federal.

Posições na base

Também é extremamente significativo que as tomadas de posição existentes na base do partido convergiam nesta direção: o Encontro Municipal do PT de São Paulo, por exemplo, realizado nos dias 1, 2 e 3 de julho, aprovou por **consenso** um texto que dizia:

"A Nova Constituição consagra a anti-reforma agrária; estabelece uma ordem legal em que o território brasileiro é reservado à exploração capitalista; institucionaliza a tutela das Forças Armadas sobre a vida política; nega o direito à estabilidade no emprego e às 40 horas semanais de trabalho; define a prevalência dos interesses das classes dominantes no tocante à ordem econômica; recusa a legalização do aborto — um problema fundamental de saúde pública; mantém praticamente intocada a estrutura sindical corporativa, etc. Em suma, seu arcabouço fundamental é burguês-conservador."

"Ao mesmo tempo, a proposta de texto constitucional que entra para o segundo turno da Constituinte contém algu-



O centro-direita



a extrema-direita



e a esquerda?

mas conquistas, as quais são o produto das lutas acumuladas e também da atuação de nossa pequena bancada.

"Mesmo a Constituição burguesa mais democrática, mais avançada, é radicalmente antagônica com os objetivos e a luta dos trabalhadores. A **postura de denúncia e deslegitimação da carta constitucional é um dever de um partido que se reivindica socialista**. No caso da **Constituição ora em elaboração — extremamente conservadora e avessa a consagrações reivindicadas populares — o trabalho de deslegitimação e denúncia adquire um sentido especial, abrindo-se a colocação da questão da não-assinatura como forma de luta**". (grifo nosso)

Houve diversas outras manifestações de conteúdo semelhante no partido. Fica claro, assim, que havia um campo comum de posições tanto na direção quanto na base.

As divergências

Naturalmente, este campo comum não significava acordo total. Havia divergências sobretudo quanto à questão da assinatura ou não da Constituição. Dentro das idéias básicas de caracterizar o projeto de constituição como globalmente conservador, de definir uma tática de denúncia e deslegitimação com relação a ele, e de luta pela manutenção e ampliação das conquistas do 1º turno, muitos companheiros — como nós — concluíamos que a posição final do PT, salvo alguma grande mudança no 2º turno que ninguém espera (e que o próprio regime dificulta, ao possibilitar apenas emendas supressivas), deveria ser de **não assinar** a nova Constituição, como forma mais clara de expressar a nossa denúncia e nosso esforço de deslegitimação.

Outros companheiros — como a maioria da Executiva Nacional — tendiam a só colocar a possibilidade de não assinar como resultado de uma situação improvável de queda de todas ou quase todas as conquistas do 1º turno, ou da criação de um movimento popular de

pressão que desse respaldo a uma não assinatura. Outros ainda — como o companheiro José Genoíno — tinham uma posição intermediária, de definir um conjunto de exigências de questões a serem mantidas ou suprimidas do texto constitucional para que o PT viesse a assiná-lo.

Além disso, alguns defensores da posição de que o PT não deveria assinar a nova Constituição, como os companheiros da Convergência Socialista, utilizaram muitos argumentos confusos, por exemplo tendendo a colocar que agora a única tarefa da CUT e do PT seria denunciar a nova Constituição (deixando de lado a luta do segundo turno). Esta visão se casa com uma inclinação dos companheiros da Convergência para uma posição economicista, de jogar tudo na centralização das lutas econômicas, não dando importância à luta institucional.

Finalmente, do lado dos companheiros da chamada Articulação no PT, muitas vezes a preocupação nas discussões ia mais no sentido de tentar desqualificar os argumentos dos que defendem a não-assinatura da Constituição do que de buscar construir a posição mais correta e mais capaz de unificar o partido.

Denúncia e mobilização

Enfim, o debate não era tranquilo. Mas isto não anula o fato de que se produzia um campo de posições comum à ampla maioria do partido, e que a posição decidida pela Executiva Nacional e pela bancada na reunião de 20 de julho poderia ser a base para a unificação do PT.

Parecia que tudo correria bem. Na segunda-feira, 25 de julho, Lula publicou na **Folha de São Paulo** o artigo já citado, no qual resumia a posição da reunião do dia 20 e explicava porque o **PT vota não**. Não há dúvida de que a grande maioria do partido se reconhecia neste artigo. No dia seguinte, ficou pronta uma edição especial do boletim "PT na luta da Constituinte", de 1 milhão de

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646, **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; **Vitória:** Caixa Postal, 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.



exemplares, que explicava porque o PT votava **não** ao projeto, e discriminava os pontos que o partido defenderia que fossem mantidos na nova Constituição, e os pontos que tentaria suprimir, ao mesmo tempo em que listava as formas de luta possíveis para estes objetivos. Na quarta-feira, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo tomava a iniciativa, com uma passeata que reuniu entre 15 a 20 mil pessoas a favor da manutenção das conquistas dos trabalhadores.

Mas, ao mesmo tempo, a complicação do quadro político nacional, com um novo embate entre Sarney, e Ulysses complicou também a vida do PT.

A mudança de posição

Desde o fim de semana de 23/24, o líder do PFL e do Centrão, José Lourenço, representante de Sarney, insistia na tese de adiar o segundo turno da Constituição para depois das eleições municipais e começava a ameaçar com um voto contra o projeto de Constituição que poderia criar um "buraco negro" (se o projeto não obtivesse 280 votos **sim**, não poderia começar o 2º turno). Na segunda-feira as pressões do Planalto e da extrema direita aumentaram, com o anúncio de um discurso de Sarney contra a Constituição. Supunha-se que os militares também se pronunciarão. A partir daí, a bancada do PT começou a discutir que se criava um novo quadro político que poderia justificar um voto **sim** ao projeto de Constituição.

O discurso de Sarney foi feito na terça à noite. Seu ataque central foi a algumas conquistas dos trabalhadores e à reforma tributária (que diminuía a centralização dos recursos a nível federal): se fossem mantidos estes itens, haveria um impacto de alguns trilhões de cruzados sobre o orçamento da União, e o país ficaria "ingovernável".

Na quarta-feira, Ulysses Guimarães, na qualidade de presidente do Congresso Constituinte, respondeu, dizendo que ao contrário "a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade". Reconheceu que o projeto do 1º turno tinha "imperfeições" (provavelmente para deixar abertas as possibilidades de negociação com Sarney), mas respondeu duramente à fala da véspera, comparando implicitamente Sarney ao "Velho do Restelo" de Camões (que dizia que tudo "não vai dar certo"). Defendeu sobretudo a reforma tributária (apontada como garantidora do princípio da federação) e concluiu desafiando: "o povo nos mandou aqui para fazê-la (a Constituição), não para ter medo".

Na seqüência, Ulysses obteve uma grande vitória, com o projeto de Constituição obtendo 403 votos a favor, com 55 abstenções e 13 votos contra, com 87 ausentes.

A bancada do PT, que vinha rediscutindo a posição, e realizando consultas a membros da Executiva (que majoritariamente lhe delegaram a decisão), modificou de fato sua posição e votou com o **sim** (protocolando ressalvas). Apenas os deputados Virgílio Guimarães, Eduardo Jorge, Florestan Fernandes e Vladimir Palmeira defenderam a continuidade do **não**, deixando claro que votavam a favor por disciplina.

O voto **sim** do PT se explica sobretudo pela preocupação em não votar com Sarney, já que este trabalhava

para forçar uma abdicação maior do PMDB e ameaçava com uma orientação de votar **não** para criar o "buraco negro" (na verdade, poucos integrantes do Centrão votaram **não**; a maioria votou **sim**, e um número significativo se absteve). Implicitamente, a bancada do PT reconhece hoje que foi um erro seu voto a favor do presidencialismo, que era naquele momento uma bandeira de Sarney. Ao mesmo tempo, certamente a bancada se orientou pelo desejo de engrossar o bloco de defesa da Constituição (inclusive dos avanços atacados por Sarney) e de manter as boas relações com os setores de centro-esquerda para a luta no 2º turno.

Mas esta posição foi um erro, e um erro grave.

Em primeiro lugar, a natureza da votação é muito diferente da votação entre presidencialismo e parlamentarismo. Votar no presidencialismo era votar numa proposta definida, numa emenda concreta. Já votar **não** a um projeto é evidentemente votar contra alguma coisa, e é claro que é sempre possível votar contra por razões variadas. Podemos dizer que o projeto é de centro-direita. Assim, podemos estar contra por sermos de direita ou extrema-direita (caso de Sarney, Lourenço, etc) ou de esquerda (caso, claro, do PT). A chance de confundir a posição do PT com a de Sarney era sem dúvida infinitamente menor do que no caso do voto no presidencialismo.

Em segundo lugar, um voto **sim** é um voto **sim**: significa um acordo pelo menos geral com o texto no qual se vota **sim**. Ora, o PT já havia caracterizado "o conjunto geral da nova Constituição (como) extremamente conservador" (Lula). É claro que ele não mu-

O PT errou

*Ao votar **sim** em um projeto que ele próprio definiu como conservador, o PT aprofundou os erros táticos de diluição cometidos no 1º turno.*

dou depois disso. Ao votar **sim** em um projeto conservador (ainda que protocolando ressalvas) o PT de alguma forma o está legitimando.

Erros táticos

Em terceiro lugar, o PT se colocou, de fato, no bloco de Ulysses, não diferenciou sua posição. Desta forma, o partido mantém e aprofunda os erros táticos do 1º turno, quando muitas vezes não se diferenciou do bloco de centro-esquerda, quando não conseguiu marcar uma posição própria (EM TEMPO n.º 226). É claro que o PT tinha de fazer alianças, tinha de abrir mão de determinadas questões para poder ganhar algo, mas não poderia perder de vista a demarcação global, a explicitação de sua posição global. O voto **não** ao conjunto do projeto do 1º turno é justamente uma questão onde esta demarcação era possível, necessária, e não envolvia nenhum prejuízo para a defesa das conquistas. Ao contrário, votando **sim** o PT reforça a posição de Ulysses de negociador-mor

com Sarney, deixa mais fácil pra ele escolher quais conquistas dos trabalhadores podem ser suprimidas. Pesquisas da **Folha** e do **JB** dão que muita gente (cerca de 20% e 30%, respectivamente) ouviu, mas não concorda nem com Sarney, nem com Ulysses. Fica evidente o espaço que o PT tinha para se contrapor a ambos.

Além disto, uma outra confusão se estabelece na posição do PT. Um dos argumentos a favor do voto **sim** era o risco do tumulto criado pelo "buraco negro", que poderia "zerar" a constituição. Mas neste caso, o voto **sim** aparece justamente como um voto a favor da estabilidade e da tranquilidade da transição. Ulysses tem razão quando diz que "a Constituição será a guardiã da governabilidade".

Contramão

Finalmente, o voto **sim** complica a discussão da assinatura ou não da Constituição: o pressuposto deste debate era justamente a oposição global a ela. Assim, este voto atropela o processo de decisão que estava em curso no partido. Cria uma grande confusão (maior ainda quando nos lembramos que tanto a coluna do Lula na **Folha** quanto a edição de um milhão de exemplares do "PT na luta da constituinte" explicavam porque o PT votava **não**). O voto **sim** vai assim na contramão da tendência a criar um campo comum de posições na ampla maioria do partido.

Tudo isto coloca a importância fundamental de corrigir este erro na próxima reunião do Diretório Nacional, 6 e 7 de agosto. O PT poderá então definir o voto **não** na votação final da Constituição, e poderá definir ainda (ou encaminhar a discussão para um fórum mais amplo) a não assinatura da Constituição.

Nem é preciso dizer o quanto o engajamento de Florestan Fernandes na construção do PT trouxe de enriquecimento para a vida política do partido. Especialmente neste debate sobre a posição a ser tomada frente a nova Constituição, o companheiro Florestan tem se destacado, demarcando campos, abrindo novas perspectivas para o debate.

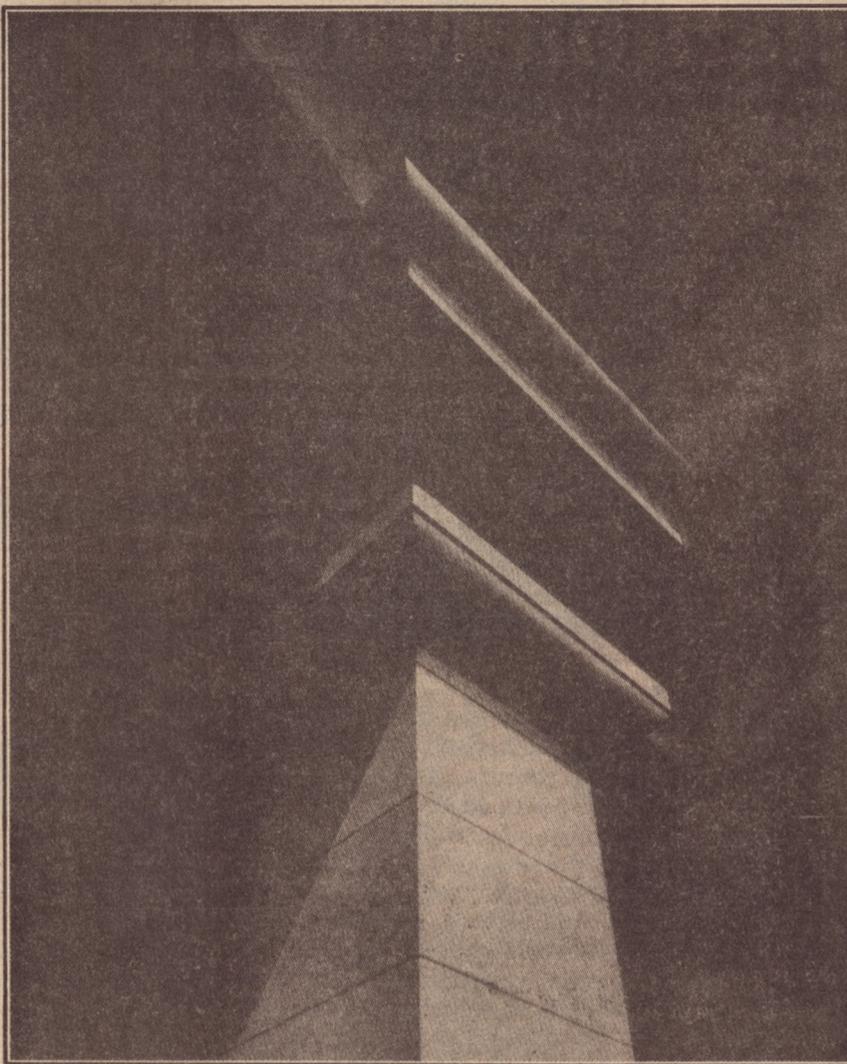
Este artigo trava uma polêmica com a matéria de Florestan Fernandes

publicada na Folha de São Paulo, do dia 24 de julho, página 3. Nele Florestan tece as suas críticas aos argumentos das correntes que têm defendido a não assinatura da Constituição.

Pela absoluta impossibilidade de reproduzir o conjunto do artigo do companheiro Florestan, optamos por travar o debate a partir da seleção de cinco trechos, que entram em grifo e entre aspas.

Juarez Guimarães

Uma polêmica com Florestan Fernandes



A caracterização da nova Carta

“A história não termina aqui. Sob muitos aspectos, os trabalhadores estão encerrando a era das elites autocráticas e inaugurando a era do controle popular coletivo sobre a vida da nação. A Constituição é um simples riacho, nessa travessia. Mas, ele pode correr na direção da nova história, se os trabalhadores souberem aproveitá-la e, mais tarde, apresentarem vigor político para construir outra melhor.”

A caracterização da nova Constituição e do seu significado no atual período da luta de classes contida no artigo do companheiro Florestan Fernandes é, no mínimo, imprecisa. Reconhecendo as pequenas mas importantes conquistas obtidas através da pressão dos trabalhadores no 1º turno, temos acentuado o inverso: na definição dos principais itens da ordem política e econômica, prevaleceu a hegemonia burguesa conservadora. Mesmo as propostas reformistas burguesas foram marginalizadas: a nova Constituição está a quilômetros de distância no programa do antigo MDB. A nova Constituição confirma — e não rompe — o domínio do grande capital sobre a economia e o Estado.

A clareza nesta caracterização é decisiva. É evidente que os trabalhadores devem explorar cada brecha aberta na no-

va Constituição. Mas é evidente também que as classes dominantes — mais que os trabalhadores — poderão utilizar os inúmeros recursos repressivos previstos no texto legal, as várias fontes de legitimação do poder do capital, os privilégios a eles concedidos, a legitimação da intervenção militar na vida política do país, etc.

Os dez anos de vida do PT transcorreram marcados pela instabilidade das instituições e das leis. Foram os anos finais da ditadura e da transição. A nova Constituição abre um novo período, no qual as classes dominantes procurarão por todos os meios conter e controlar a ação dos trabalhadores nos limites das novas instituições e leis definidas.

Fruto de um fórum deformado pelos desequilíbrios na proporcionalidade, pela tutela militar e pela corrupção, a nova Constituição já é hoje uma arma contra o movimento dos trabalhadores em vários setores, como por exemplo no campo. Esse seu caráter reacionário ficará cada vez mais revelado à medida em que a luta de classes avançar.

A nova Constituição é e será cada vez mais uma arma contra os trabalhadores. Não um “simples riacho na travessia para uma era de controle coletivo sobre a vida da Nação”, como afirma o companheiro Florestan Fernandes.

O que está em jogo

“O que estava em jogo nas eleições de 1986 e neste momento, consistia: como passar de uma ditadura antioperária e autocrática para um Estado norteado pela forma de democracia burguesa, com firmes polaridades proletárias e populares. A Constituição, por si só, exprimiria uma vitória. Ela seria o fim da ditadura e o início de um Estado democrático burguês de participação ampliada. O resto teria de ser conseguido depois, dentro ou contra as normas constitucionais, pela própria luta de classes.”

Há aqui novamente um problema na caracterização do que estava realmente em jogo no processo constituinte. A partir do resultado das eleições de 1986, quando a Aliança Democrática conquistou a esmagadora maioria dos assentos no Congresso Constituinte, ficou claro que o que estava realmente em jogo não eram amplas reformas econômicas ou políticas mas o grau de continuismo da ordem legada pela ditadura. E que mesmo a luta por pequenas conquistas de interesse dos trabalhadores se daria em um quadro extremamente desfavorável.

Portanto, de novo algo muito diferente de algo como o “início de um Estado norteado pela forma de democracia burguesa, com firmes polaridades proletárias e populares.”

A decorrência que retiramos desta caracterização é que a luta pelas conquistas deveria ser combinada desde o primeiro momento com a denúncia dos limites e do caráter conservador da Constituição em elaboração.

O companheiro Florestan Fernandes, como resultado de sua caracterização, acaba subestimando por completo as tarefas voltadas à deslegitimação da nova Constituição.

Ação de massas e parlamento

“A Assembléia Nacional Constituinte não produziu um texto constitucional que satisfaça os crivos políticos da esquerda revolucionária. Porém, pode-se travar a luta de classes dentro do parlamento. Mas não fazer, por meio dele, uma revolução social. Seria extremismo infantil confundir as coisas e ignorar quais são as tarefas históricas dos partidos socialistas e comunistas proletários no atual contexto político. A revolução vai da sociedade civil para o parlamento e não deste para a sociedade civil. As classes dominantes podem recorrer ao golpe de Estado e usar o parlamento para instituir uma ditadura (militar e/ou civil). Os trabalhadores terão de conquistar o poder, primeiro, para em seguida implantar ou difundir o seu órgão

de representação e de governo, que se interpenetram e se mesclam.”

Não sabemos de nenhuma corrente expressiva no interior do PT que defenda a idéia de que é possível a realização de uma revolução social através do Parlamento. Também não há nenhuma corrente expressiva no PT que negue a necessidade de se travar a luta de classes no Parlamento: há no máximo correntes, como a Convergência Socialista, que apresentam um viés economicista e subestimam a importância desta luta.

O que tem sido divergente é: como travar a luta de classes no Parlamento?

O que temos defendido é que a ação parlamentar do partido — inclusive no Congresso Constituinte — esteja subordinada à tática geral definida pelo partido para o atual período.

Diz o item 24 da resolução política aprovada no V Encontro Nacional do PT: “A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade — tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.”

A ênfase que temos dado à denúncia da nova Constituição através da sua não assinatura, é assim — ao contrário do que afirmam alguns — uma forma de inserir o programa aprovado no V Encontro na atual conjuntura. Pois o conteúdo da nova Carta, nos seus traços fundamentais, poderia ser definido como o

antiprograma do governo democrático e popular que defendemos.

A crítica e a demarcação do campo próprio do PT na Constituinte liga-se diretamente à necessidade de construir uma alternativa democrática e popular à “Nova República”, do qual a candidatura de Lula à presidência da República é a principal expressão de massas.

A nova etapa das lutas

“Os trabalhadores, seus sindicatos, organizações culturais e partidos, seus aliados (pertencentes ou não à mesma si-

Esse resumo contém tudo o que é essencial. Os visionários dão grandes saltos históricos, mas cerebrinos.”

Neste trecho do artigo, o companheiro Florestan Fernandes amplia o horizonte das divergências do tema específico da Constituição para um debate de alcance nitidamente estratégico.

É uma ilusão trabalhar com a idéia de “uma era de reformas sociais dentro do capitalismo” e subordinar o movimento operário, mesmo por um período histórico, a este horizonte reformista. Essa idéia — a de uma etapa de grandes refor-

ração. Da mesma forma a ocupação ofensiva dos espaços institucionais certamente um dos elementos chaves da estratégia de acumulação de forças no cenário da revolução brasileira — deve subordinar-se aos reclames de organização autônoma dos setores proletários e populares e de radicalização de sua consciência.

Não há aí um pingote de “salto visionário”. Há apenas uma visão realista de perspectivas e dos obstáculos a enfrentar.

Reforma e revolução

“É preciso que as forças proletárias de esquerda, inclusive suas vanguardas mais exigentes e ardentes, aprendam a combinar reforma e revolução. As maiores lições, a esse respeito, vêm de uma figura insuspeita, Rosa de Luxemburgo. Demolir a autocracia burguesa, mesmo em um país atrasado como o nosso, não representa chegar ao paraíso.”

É oportuna a lembrança de Rosa de Luxemburgo. Só que suas teses dificilmente podem ser interpretadas como de apoio às idéias defendidas pelo companheiro Florestan Fernandes neste artigo.

O Partido Social-Democrata Alemão viveu na virada do século e nos primeiros anos da década um grande debate sobre a estratégia para se alcançar o socialismo. Era um partido poderoso, com enorme influência de massas, com hegemonia no movimento sindical e formalmente inspirado no ideário marxista. Era o principal partido da II Internacional.

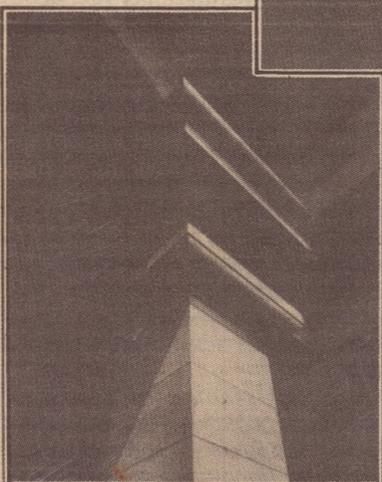
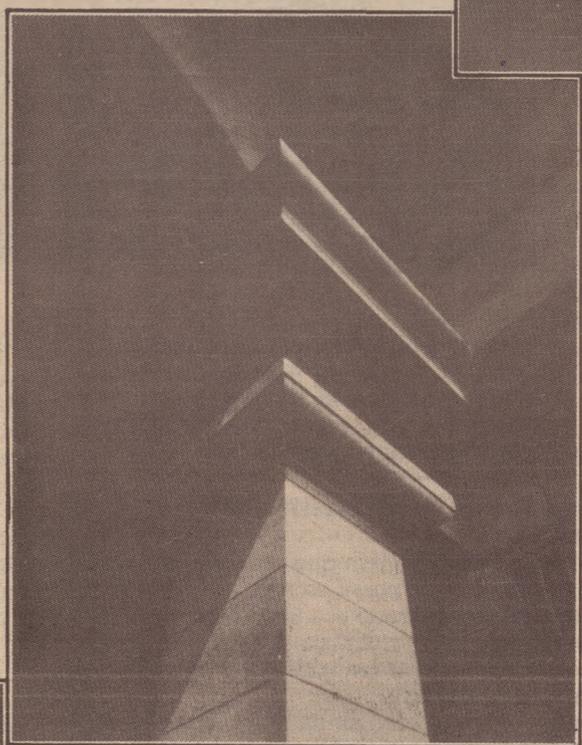
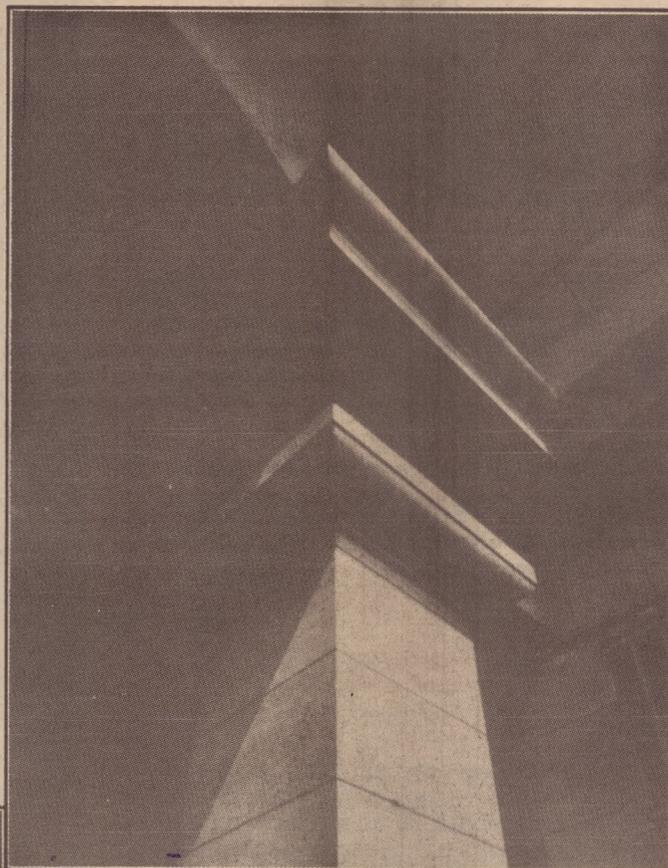
No debate sobre a estratégia foram se conformando três campos de posições.

O primeiro deles era abertamente reformista. Revia as teses de luta de classes de Marx e propunha a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, via uma gradativa conquista da maioria no Estado. O seu principal representante era Bernstein.

O segundo campo era representado por Karl Kautsky, que exercia uma influência doutrinária duradoura sobre o conjunto dos partidos da II Internacional. Kautsky nestes anos defendia a independência de classe do proletariado alemão, mas colocava o centro de gravidade do movimento operário no avanço institucional. Kautsky admitia o uso político da greve geral de massas, no caso de uma investida da reação frente aos avanços do movimento.

Rosa de Luxemburgo, que representava a esquerda minoritária dentro do partido, propunha deslocar o centro de gravidade da ação do partido do plano institucional para a organização de uma greve política de massas. Toda a sua atenção estava voltada para atacar o processo de gradativa institucionalização do partido, sua acomodação à luta parlamentar e à luta econômica, de caráter puramente sindical. Minoritária nas estruturas do Partido Social-Democrata Alemão, recebida com hostilidade pelos setores sindicais já integradas na dinâmica reformista, a esquerda comunista alemã não conseguiria travar esta dinâmica, que levou à capitulação diante da burguesia alemã na I Guerra Mundial.

Apesar de importantes insuficiências que não é o caso de discutir no contexto deste artigo, toda a obra de Rosa de Luxemburgo constitui a este respeito uma rica fonte de ensinamentos, intuições e advertências para a discussão da estratégia do PT.



mas ainda no campo da ordem burguesa — era de forma coerente o projeto hegemônico da esquerda no pré-64.

O que a experiência histórica tem demonstrado é que não há um setor ponderável das classes dominantes capaz de afiançar reformas sociais importantes. O capitalismo brasileiro resolveu as suas contradições do período populista — a questão nacional, o problema agrário, a crise social, a democracia política — aprofundando-as.

A “Nova República” é uma demonstração exemplar da “audácia reformista” das classes dominantes. É como se ao avanço da luta dos trabalhadores, os setores burgueses respondessem construindo trincheiras, casamatas, em defesa de seus privilégios. A luta de classes avança em terreno minado no qual a chantagem da regressão da ordem é recolocada continuamente.

Se o horizonte do movimento operário se pautar no próximo período por um “reformismo dentro da ordem” não haverá “passagem à revolução socialista”. Avançar com os pés no terreno da ordem, com principalidade, é pisar como dissemos em terreno minado.

É preciso dese já combinar a luta por reformas com a luta pela construção da hegemonia política do proletariado frente à esmagadora maioria da população que tem interesses objetivos na superação do capitalismo. É essa construção tem o sentido político exato de fazer a crítica da ordem e ir disseminando a consciência da necessidade de sua supe-

tução de classe) teriam de bater-se duramente para ir além e lograr duas coisas: 1º) impedir que a Constituição se convertesse em seus aspectos mais promissores em letra morta, como é da tradição brasileira e latino-americana; 2º) fazer com que a fermentação em processo na sociedade civil continue, se amplie e se aprofunde, de modo a inaugurar uma era de reformas sociais dentro do capitalismo e de cavar o solo histórico propício à aceleração da luta de classes e à passagem do reformismo dentro da ordem à revolução socialista.

Em nome da honra dos comunistas

Décadas de mentiras, de perseguições vis e assassinatos vão abaixo com o dismantelamento da farsa dos Processos de Moscou.

Já no fim dos trabalhos da XIX Conferência do PCUS, sem dar tempo e oportunidade para discussão e debate, foi autorizada a construção do monumento em homenagem às vítimas do estalinismo. É o primeiro êxito do movimento "Memorial", liderado por intelectuais soviéticos, como o historiador Yuri Afanasiev, o escritor Yuri Kariakin, o jornalista Victor Korotich e o cineasta Elem Klimov.

O monumento proposto em praça pública pelo "Memorial" deverá contar com um museu para a guarda da documentação (agora em poder da polícia secreta), para protegê-la contra a destruição criminosa e para mantê-la à disposição de historiadores, estudantes, analistas políticos, jornalistas, pesquisadores, escritores e demais interessados. Organizará debates, conferências e seminários. Desse modo, será articulado um centro irradiador da denúncia do estalinismo.

O historiador Yuri Afanasiev já levantou a exigência da reabilitação penal e publicação das obras de Leon Trotski, o principal acusado nos processos de Moscou forjados por Stalin.

eliminação de 1,6 milhão de militantes. Centenas de dirigentes e militantes de outros países foram igualmente trucidados.

A cobertura "legal" e "jurídica" para essa matança sem precedente foi montada na farsa dos processos de Moscou. O primeiro, de 19 a 24 de agosto de 1936, custou a vida de Zinoviev e Kamelev, que trabalharam com Lenin no exílio e, ao lado de Stalin, formaram a "troika" governamental de 1923-25. Zinoviev presidiu a Internacional. Foram fuzilados operários desenvolvidos politicamente, membros do comitê central e dirigentes dos soviets, como Zalutski, Evdokimov, Feodorov, Bakaiev e outros. Mataram Safarov que viajou com Lenin e com ele desembarcou na estação Finlândia, em 1917.

Confissões forçadas

O segundo processo, entre 23 e 30 de junho de 1937, condena à morte, treze dos dezoito "velhos bolcheviques" indiciados. No banco dos réus estão notadamente Piatakov, membro do comitê central, Radek, redator da constituição de 1936 e Serebriakov, membro do comitê central em outubro de 1917.

No terceiro processo, chegou a vez de Bukharin, ex-presidente da Internacional, "o filho querido do partido", de Rikov que ocupou o posto de Lenin no governo depois de sua morte; de Krestinski, antecessor de Stalin na secretaria geral. É o processo dos 21. São decênios de militância — Bukharin, 30 anos de trabalho revolucionário, Rikov com 40 e

Rakovski cumprindo quase meio século de combate.

Além dos processos espetaculares, em julgamentos secretos e mesmo sem julgamento algum, foram chacinados dezenas e centenas de revolucionários. O Exército soviético foi decapitado com o frio assassinato de Tukhachevski e dezenas de oficiais, entre os mais talentosos e competentes que queriam a mecanização rápida do exército e a modernização da aviação contra a vontade de Stalin.

Na reunião plenária do comitê central de fevereiro de 1937, Bukharin, antigo presidente do Komintern, e Rikov, antigo chefe do governo soviético, foram levados da prisão para a sala de reuniões. Exigiam-se deles "confissões voluntárias" que ajudassem a repressão a chegar até Trotski. Rikov chorou. Bukharin acusou Stalin de falsário. Ambos recusaram prestar-se àquela ignomínia. Selaram sua própria sentença de morte.

Desafio de Trotski

Por que não pediam a extradição do principal acusado e chefe reconhecido da oposição de esquerda, na época uma corrente política com expressão de massas na URSS? — desafiava Trotski. Porque nenhum governo, respondia, concederia uma extradição com base naquele amontoado de calúnias cínicas e estúpidas contradições, carente de coerência e órfão de provas.

O retrato do Estado Soviético pintado pelo procurador Vichinski em nome de Stalin é o de um aparelho centralizado de traição. Dos nove membros do Polit-

buro do tempo de Lenin somente um não foi condenado por conspiração — Stalin. O chefe do governo e a maioria dos comissários do povo, os mais destacados diplomatas, os dirigentes da Internacional, os mais competentes economistas, os melhores líderes operários, os mais brilhantes militares, os chefes das repúblicas soviéticas e até mesmo um chefe da própria GPU foram sentenciados por atividades criminosas a serviço dum potência estrangeira. Como é que Lenin pode comandar uma revolução vitoriosa cercado de traidores? O libelo tornou-se insustentável e autodestruido. Não havia extradição possível.

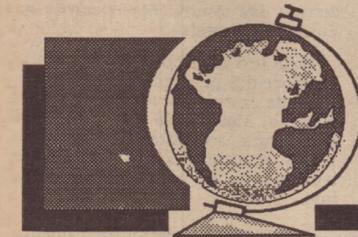
De cabeça erguida

Já se pode registrar vitórias e avanços significativos na desestalinização. Vem saindo a público o inventário dos danos causados pelo estalinismo à URSS e ao movimento operário internacional.

Esta atividade contra-revolucionária foi analisada e denunciada passo a passo, desde 1927-28 pelos marxistas revolucionários. "Nossa corrente — exclama Ernest Mandel em recente ensaio — é a única que pode encarar de frente os trabalhadores soviéticos. (...) Nossa corrente salvou a honra do comunismo e lhe assegurou continuidade. (...) Ninguém pode alegar que todos os comunistas toleraram ou permitiram os crimes de Stalin e que o comunismo conduziu ao stalinismo. Porque o adversário mais ferrenho e mais irreconciliável de Stalin — que o considerava, com razão, o inimigo número um — foi o comunista Trotski".

A URSS e o mundo

Os avanços e limites da política internacional de Gorbatchev.



ria e os povos do Terceiro Mundo na solução de problemas como a desmilitarização da economia mundial e a dívida dos países subdesenvolvidos.

Daí deslizam para uma política de colaboração de classes e de aceitação do domínio imperialista: "... o desenvolvimento do Terceiro Mundo é e permanecerá capitalista por um longo período; tanto a URSS como o movimento de libertação nacional devem agir dentro desse quadro", escreveu G. Mirski na revista *Economia Mundial e Relações Internacionais*.

Essa inestimável colaboração é bem vinda nos Estados Unidos. Analisando os fracassos americanos na América Central, disse o *Washington Post* dia 21 de junho de 1988 "... qualquer administração americana, seja conservadora ou liberal, não terá outra política de segurança viável senão reforçar seus baluar-

tes locais (na América Central) esperando que Mikhail Gorbatchov faça qualquer coisa por uma solução".

É mais do que elucidativo esse diálogo jornalístico.

Uma expressão prática dessa política é a cooperação URSS-EUA na "solução dos conflitos regionais", metendo no mesmo saco, sem diferenciá-los, as lutas revolucionárias na América Central, as guerras entre governos nacionalistas burgueses, a luta heróica das populações negras oprimidas na África do Sul ou a rebelião do povo palestino. É um modo de eximir-se dos deveres de solidariedade revolucionária.

Em conjunto são sinais inequívocos de que a prioridade é por um acordo global com os Estados Unidos. O preço pode ser o apoio à Nicarágua, por exemplo. As teorias da "mundialização" são a roupagem sob medida para o comércio leste-oeste. Visam captar recursos para

financiar a perestroika. Depois da guerra, Stalin queria de Roosevelt-Truman um empréstimo de cinco bilhões de dólares.

URSS-China

Outra questão crucial é a do "centralismo" nas relações com as "democracias populares" ou seja sua "soberania limitada" pela URSS. Dubcek reivindica a reabilitação da "Primavera de Praga" e a readmissão de meio milhão de comunistas no partido, expulsos sob o chicote das forças ocupantes do Pacto de Varsóvia. Na Hungria, está na pauta a reabilitação de Imre Nagy e Paul Maleter. E como falar em liberdade na URSS ao mesmo tempo que se apoia a repressão antioperária do gorila polonês Jaruzelski?

A retirada do Afeganistão como também a saída dos vietnamitas do Kampuchea estão abrindo caminho para uma reaproximação URSS-China. Ainda falta, porém, a retirada dos mísseis que, na Sibéria, apontam para a China. É uma perspectiva claramente positiva, pois reforçaria a ambos ante a pressão dos países capitalistas.

XIX Conferência do PCUS



Todo o poder aos soviéticos?

A camada mais petrificada da burocracia está na defensiva, oxigenam-se as estruturas do poder, a Glasnost afirma-se e ganha dinamismo. Mas o grande lema de Lenin em 1917 ainda paira como desafio, no horizonte.

Isaac Akcelrud

O noticiário corrente da XIX Conferência do PCUS traz embutida mensagem de um hábil serviço de relações públicas: foi relativamente fácil a vitória de Gorbatchov e o fortalecimento de sua corrente no aparelho do partido. Suas principais teses aprovadas, com prazo para implementação até abril de 1989.

De fato, o setor mais petrificado e reacionário da burocracia foi empurrado para a defensiva política. Está sendo reduzido à resistência passiva.

Entretanto, as sessões secretas (sem transparência) e o adiamento da publicação das resoluções são indícios eloquentes de soluções de compromisso, embora em prejuízo da ala mais conservadora. Perduram dúvidas, diferenças, desconfiças, divergências.

URSS em ebulição

Alterou-se a relação de forças no interior da burocracia, prenúncio de novas e acirradas lutas de facção. O calendário político é denso de acontecimentos de peso. Já em novembro próximo, o Soviète Supremo enfrentará emendas constitucionais que criam um parlamento com poderes para eleger um presidente chefe de Estado e o próprio Soviète Supremo. Em seguida, haverá eleições para os soviètes locais. Estão previstas diferentes reuniões plenárias do Comitê Central que debaterão questões espinhosas como a das nacionalidades (armênios, tártaros, ucranianos, etc.) Em seguida virá o Congresso do partido. A União Soviética entra em ebulição política por muitos e muitos meses.

O fato novo na atual conjuntura soviética — que a Glasnost estimula e tenta controlar ao mesmo tempo — é a crescente participação independente do povo no debate político. Em abril passado, para citar apenas um exemplo, só a *Pravda* recebeu 67 mil cartas de leitores. Não são mais as queixas habituais, mas verdadeiros manifestos polêmicos, abaixo-assinados políticos com dezenas e centenas de assinaturas. Todos os grandes jornais dedicaram duas páginas diárias para o debate. São dezenas de milhões de exemplares, em todo país, sem contar em mídia eletrônica.

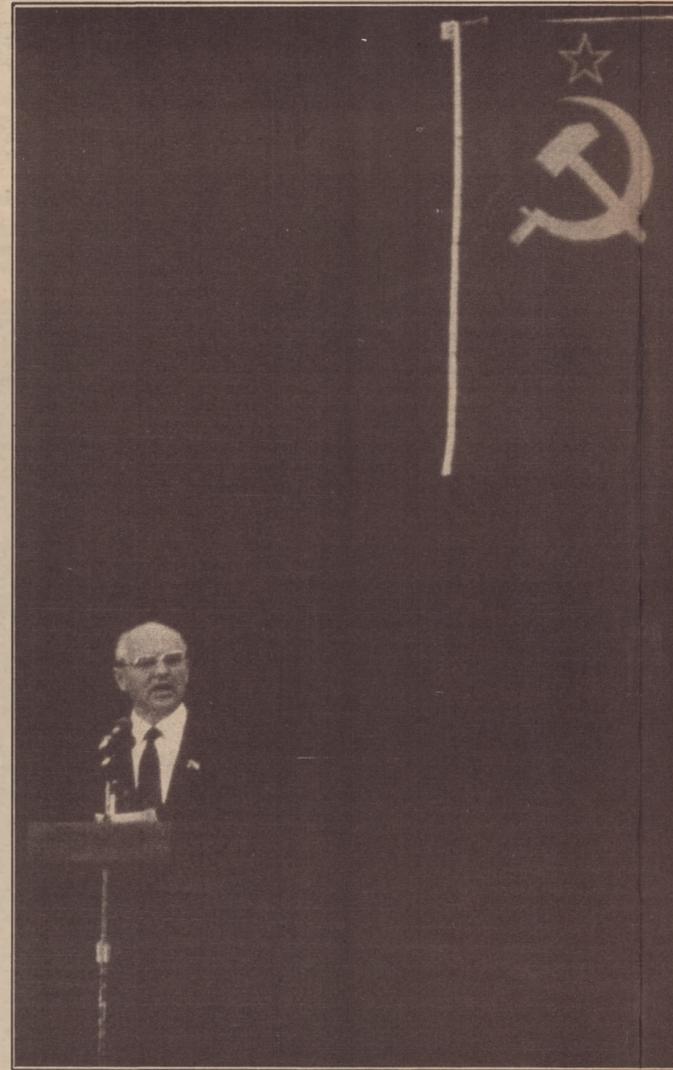
Recuperação dos soviètes

Os debates recordam que a Revolução de 1917 se fez sob o brado de "Todo o Poder aos Soviètes", hoje inteiramente expropriados politicamente pelo aparelho do partido. A soberania dos soviètes, entretanto, está em contradição com o dogma do partido único, tema que a XIX Conferência adiu cautelosamente. Manifestou-se igualmente o temor de que os Conselhos dos Coletivos dos Trabalhadores, sob a camisa de força do partido único, degenerem em "democracia para o diretor". O partido único assume o caráter de escudo protetor da ditadura burocrática sobre o proletariado. Daí decorrem monstruosidades e aberrações como:

— não publicação, passados mais de vinte anos, do relatório Krushov sobre os crimes de Stalin,

— nem o Soviète supremo tem acesso às questões de segurança interna e externa (polícia, serviço secreto), bem como sobre a defesa nacional, não tem comissões para cuidar desses temas e não opina sobre eles.

— os soviètes, órgãos de poder, fo-



ram transformados em instâncias auxiliares do aparelho: não decidem sobre nada, aguardam instruções sobre tudo; são impotentes diante dos ministérios; perderam toda autoridade.

A perestroika

Tudo isto tem que ser rompido para que o país possa escapar ao risco real de ser superado econômica e tecnologicamente, perder sua posição internacional e ficar reduzido à potência de segunda classe.

Este quadro ainda não é irreversível. A tecnologia soviética mantém a dianteira, por exemplo, na exploração espacial. Além disso, a burocracia é responsável pelo não aproveitamento de importantes inventos soviéticos. O atraso cultural não é determinado pelo fato da economia soviética ser planificada, mas consequência da inépcia da burocracia.

A debilidade da perestroika está em que ela foi concebida como reorganização econômica sem tocar no essencial dos privilégios da burocracia, cuja resistência obtusa tornou ainda mais evidente a necessidade da democracia socialista e da pressão e ação política das

mais amplas massas. A reorganização econômica é cada vez mais inadiável. A liberdade política é cada vez mais indispensável.

Os limites da Glasnost, procurando preservar a gestão burocrática, levam Gorbatchov a opções que se chocam com os interesses das massas trabalhadoras: ameaça de demissões, aumento de preços, sistemas de brigadas de trabalho (volta ao stakanovismo) rejeitados pelos trabalhadores.*

A luta de facções que irrompeu, depois de algumas vacilações bem conhecidas, comprovou-se que o instrumento político para imobilizar o setor mais rombuado e conservador da burocracia é a denúncia do estalinismo. Abrirem-se as primeiras comportas. O poder soviético pode ser restaurado. Tudo vai depender da envergadura, amplitude e profundidade da organização independente do povo, do proletariado soviético, das massas de milhões que começam a recuperar sua identidade política, socialista e revolucionária — ponto de partida de uma revolução política.

* A pauta do EM TEMPO prevê para as próximas edições novos textos detalhando e discutindo estes aspectos econômico-sociais da perestroika.

XIX Conferência do PCUS



A XIX Conferência do PCUS colocou no centro do debate, mas evitou definições sobre a liberdade de organização partidária. Aqui, lembramos como os bolcheviques trataram a relação do Soviete com os partidos naqueles anos turbulentos da revolução de outubro.

A tradição da democracia na revolução

Isaac Akcelrud

Na véspera da revolução, em carta ao Comitê Central, Lenin indagava: "Quem deve tomar o poder? Isto pouco importa neste momento, (...) Tomando o poder hoje, não o fazemos contra os soviets, mas para eles." Ele não queria perder a hora e a vez. Mas deixou claro que uma coisa é a tarefa técnico-militar de tomar o poder. Outra, é o direito de exercê-lo e o dever de realizar os objetivos da revolução.

A promessa foi cumprida à risca. O Congresso dos Sovietes nomeou um Conselho de Comissários do Povo, como governo provisório até a convocação da Constituinte. "O controle sobre as atividades dos Comissários do Povo e o direito de destituí-los pertence ao Congresso dos Sovietes dos Deputados Operários. Camponeses e Soldados da Rússia e a seu Comitê Executivo Central."

Essa foi a primeira experiência estatal soviética.

Revolução e Constituinte

A Constituinte fora prometida pela revolução de fevereiro, que deixou o poder nas mãos da burguesia. Só foi convocada pela revolução de outubro, que instaurou o poder soviético. Era uma demonstração prática da disposição de conviver com todos os partidos.

Entretanto, a Constituinte foi dissolvida e, com o passar do tempo, os partidos foram fechados e dispersos, um a um. Não será isso uma prova da incapacidade do leninismo conviver no seio do pluripartidarismo?

A resposta cabe aos fatos e não às aparências. Eis os fatos em resumo: 1)—Em novembro, a maior revolução de todos os tempos, guerra civil. Mesmo assim, a 12 de dezembro, passado apenas um mês, abrem-se as urnas. 2)—O partido socialista-revolucionário, anti-bolchevique, era forte no campo, onde a revolução ainda não tinha alcançado toda sua plenitude. Lenin declarou a respeito: "Se os camponeses lhes deram a maioria, assim seja." Os socialistas—revolucionários ganharam e formaram o bloco da maioria na Constituinte. 3)—Imediatamente estabeleceu-se a polarização. As forças contra-revolucionárias conjugadas lançaram a palavra de ordem "Todo o poder à Constituinte."

Ao mesmo tempo, a bancada bolchevique apresenta projeto em que a Constituinte ratifica o poder dos Sovietes e reconhece como sua missão a organização jurídica do novo Estado. A Constituinte, portanto, tinha que optar entre os generais czaristas e o Soviete. Não soube conviver com a revolução que estava disposta a conviver com ela. Assim decretou sua própria falência.

A dança legal menchevique

Os mencheviques controlavam os so-

viets, controlavam comitês agrários em numerosas províncias.

governo composto só por bolcheviques. Mais fatos em ultra-resumo: em maio de 1918, a conferência menchevique, oficial e aberta, decide pela "neutralidade na guerra civil", aceita o regime soviético "como realidade e não como princípio". Por seus próprios meios, excluiu-se da realidade. Em junho estavam fechados.

Mas são re-legalizados em novembro, por iniciativa bolchevique, pois deram sinais de disposição de lutar pela legalidade soviética. Isto durou pouco.

viets, controlavam comitês agrários em numerosas províncias.

A ruptura final veio com a criação dos "comitês de camponeses pobres" e a requisição de víveres por causa da guerra civil e da fome. Em julho de 1919, no V Congresso Panrusso dos Sovietes, apresentaram uma "saudação às unidades militares que romperam a disciplina." E avisaram: "Quanto à questão agrária, estamos prontos para o combate."

No dia seguinte, mataram o embaixador alemão Mirbach, para arruinar a paz de Brest Litovsk. Ao mesmo tempo, lançaram a insurreição nas ruas. Perderam-se em consequência de suas próprias ações e iniciativas não por qualquer intransigência leninista de princípio.

Caricatura

O Estado que emergiu da tormenta revolucionária de 1917 teve que criar a nova estrutura em plena guerra civil. O Soviete era sua espinha dorsal. Mas as imperiosas necessidades militares continham vivos fatores de "de-sovietização". Era o período do "comunismo de guerra". "O Comitê Central", dizia Trotsky, "estava no front". A guerra civil exterminou a fina flor de toda uma geração de revolucionários. Uma revolução concebida como o prefácio da revolução mundial ficou isolada em consequência da

derrota das insurreições operárias na Europa Ocidental.

Tudo isto se combinava com a incapacidade dos partidos herdados do período do czarismo se ajustarem à nova situação. Mas não só eles sofreram: a democracia socialista foi ferida ao ponto de atentar contra o direito de tendência no próprio partido bolchevique.

A burocracia congelou esse quadro negativo da guerra civil em plena construção pacífica. Caricaturou o leninismo para justificar Stalin. Sufocou o partido no monolitismo e esvaziou o soviets, privando-o do poder real.

A experiência estatal soviética, ao contrário, não só fundamenta a reivindicação da democracia socialista, como confirma a necessidade de convivência legal de diferentes tendências sob a mesma bandeira do socialismo e do poder soviético.



O soviets dos operários e soldados em 1917

viets quando foi lançado em abril de 1917 não por eles, mas pelos bolcheviques, a consigna. "Todo o poder aos soviets." Na hora, isto equivalia a lutar por um governo com forte presença senão maioria menchevique. Lenin pensava na instituição, não nos partidos e nos políticos. Em *O Estado e a Revolução*, escrito em julho de 1917 não menciona o partido sequer uma vez.

Também aqui a sucessão dos fatos é eloquente: 1) — Quando o Congresso dos Sovietes proclamou a novo poder, o chefe menchevique Martov propôs a formação de um governo com todos os partidos, o que foi aprovado por unanimidade, isto é, os leninistas majoritários estenderam a mão a todos os demais partidos. 2) — Os socialistas-revolucionários abandonaram o recinto. Recusavam-se a participar. O ambiente ficou quente. Na aspreza do debate, os mencheviques também foram embora. Não havia alternativa, senão um

Voltaram a atuar contra o poder soviético na onda de greves de fevereiro de 1921. A situação econômica e militar exigia medidas severas. Partido de colaboração de classes, os mencheviques só não colaboravam com o poder da classe operária.

Terrorismo contra-revolucionário

A ala esquerda dos socialistas-revolucionários aliou-se aos bolcheviques. Participou do poder. De saída, foi-lhe oferecido o Comissariado da Agricultura. Não aceitaram, por disciplina partidária. Mas em dezembro de 1917, receberam sete pastas, enquanto os bolcheviques ficavam com onze. Isto durou três meses, até a paz de Brest Litovsk recusada pelos socialistas-revolucionários. Quatro deles apoiaram Lenin, mas foram desautorizados pelo partido. Mesmo depois disto, continuavam no Executivo Central do So-

QUÍMICOS/SP

A derrota do divisionismo

A vitória da chapa 1, encabeçada por Domingos Galante, na eleição do Sindicato dos Químicos de São Paulo, abre toda uma discussão no PT sobre a política divisionista levada pela Articulação. O debate que se inicia terá conseqüências profundas no processo de construção partidária.

Américo Bernardes

No último dia 15 de julho encerraram-se as eleições do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Foi vitoriosa a chapa 1, com 4.367 votos contra 3.696 dados à chapa 2. Foram apurados 95 votos em branco e anularam seus votos 198 trabalhadores. No total, votaram 8.356 sindicalizados, de um total de 9.287 que teriam direito de voto.

A vitória da chapa 1 (formada a partir da maioria dos setores que dirigiu o sindicato nos últimos seis anos e que participa da articulação CUT pela base) sobre a chapa 2 (dissidência minoritária da antiga diretoria, formada por companheiros da Articulação) aponta no sentido de aprofundarmos reflexões de enorme importância para a construção do setor sindical do PT e para uma política de unificação da intervenção dos petistas nos movimentos de massa.

A derrota da divisão

Um primeiro elemento a ser lembrado neste balanço inicial é o fato de ter sido vitoriosa a chapa que defendeu, antes e durante o processo eleitoral, a unidade dos cutistas e, neste caso concreto, a unidade dos petistas. Em vários momentos desde a abertura do processo eleitoral foram encaminhadas propostas que buscavam construir esta unidade (por exemplo, o texto de Domingos Galante enviado à direção do PT) e colocado claramente no interior do partido a gravidade da política levada adiante pela maioria dos petistas da categoria, ligados à Articulação.

Mas esse esforço não foi suficiente para convencer os companheiros. A divisão se concretizou e aprofundou-se durante as eleições. A chapa 2 utilizou-se de todos os meios no processo eleitoral, tentando confundir os trabalhadores para buscar a vitória, valendo-se para isto a intervenção de alguns dos mais expressivos dirigentes do PT e da CUT, como Lula e Jair Meneghelli. De promessas assistencialistas à comparação da chapa 1 com os pelegos, o governo e os patrões (recurso sutilmente utilizado por Lula em uma carta aberta à categoria) a eleição foi um autêntico vale-tudo.

A política da Articulação

Entretanto, se foi vitoriosa a política correta nestas eleições, o combate apenas começou. Apesar da derrota, vários dirigentes da Articulação começam a apresentar no interior do PT não só uma justificativa da política adotada, mas também uma teorização sobre ela. Durante o período eleitoral Jorge Coelho, atual presidente da CUT estadual São Paulo e candidato pela chapa 2, declarou ao *Jornal do PT*: "Por isto acreditamos que, em termos da CUT, essa divisão pode significar um avanço. Afinal, essa disputa já acontece nos congressos nacionais e nós apenas estamos levando essa discussão também para a base". Aprofundando esta visão, Lula dá uma entrevista ao último número do *Jornal do PT* (ver box) em que não só a expõe mais claramente como propõe a sua intensificação, em nome da "defesa" da linha sindical do PT.



Na verdade, é esta política divisionista desenvolvida pela Articulação que contraria a linha sindical do partido. Combatê-la significa não só demonstrar que na prática ela foi derrotada, e ainda assim com efeitos nocivos para a categoria química e para o conjunto do PT e da CUT, mas também bater-se efetivamente em todas as instâncias do partido para que isto não volte a repetir-se.

Apesar destas posições apresentadas, ainda existem no interior da Articulação contradições importantes sobre a questão. No mesmo *jornal do PT* em que Jorge Coelho dava a entrevista

acima citada, Paulo Okamoto — secretário sindical do PT de São Paulo e dirigente da Articulação — reconhece que "o partido tem consciência de que estes fatos têm que ser evitados, para que possamos nos legitimar como uma força política coesa".

Além disto, se é de grande importância a luta no interior do PT contra esta orientação que começa a ser desenvolvida, o elemento central que deve preocupar o conjunto da militância petista no movimento sindical são as tarefas de unificação e direção das lutas concretas que os trabalhadores travam contra os patrões e o governo e não a luta interna na CUT ou no PT.

Lula e a unidade dos petistas

A entrevista de Lula ao *Jornal do PT* — publicada na última edição, de agosto de 1988 — levanta questões de grande importância e que merecerão um aprofundamento posterior por parte do conjunto do partido, particularmente no que diz respeito à centralização da intervenção da militância partidária.

Contudo, dois pontos têm uma relação clara com o balanço que iniciamos das eleições do Sindicato dos Químicos de São Paulo.

Na entrevista, Lula retorna — de forma pouco sutil — com a acusação do sindicalismo vanguardista, tentando demonstrar que a atuação das diretorias dos sindicatos dos plásticos e dos químicos de São Paulo leva em última análise à despolitização das ca-

tegorias. Também é abordado de forma genérica tanto por Lula quanto por Olívio Dutra (que também participa da entrevista), a contraposição entre uma pretensa superpolitização do Congresso da CUT e a necessidade de buscar construir um plano de lutas imediato para os trabalhadores.

A mistura destes dois temas, a retomada da acusação do sindicalismo vanguardista (que havia sido deixada de lado na tese apresentada pela Articulação) e a falta de um plano de lutas mais imediato esconde as dificuldades da própria Articulação em intervir neste debate, procurando transferir este problema (que deve ser tratado pelo conjunto do partido) para as tendências minoritárias.

Contudo, a questão mais grave da

entrevista é o ensaio de uma teorização e justificativa da política levada pela Articulação nas eleições dos químicos de São Paulo. Quando afirma que "daqui para frente, toda vez que estiver em jogo a defesa da concepção sindical majoritária no partido, nossa atuação em sua defesa, e da chapa que a representa (em eleições sindicais), deve ser ainda mais intensa", Lula assume a posição defendida por Jorge Coelho no *Jornal do PT* anterior e a estabelece como norma a ser seguida. Ao confundir a defesa de posições no interior do partido com uma política de atuação externa da Articulação, Lula confunde seu cargo de candidato à Presidência da República do conjunto do partido com o de "presidente" da Articulação. Assim é



levada às últimas conseqüências a política de confundir a sua própria tendência (que por hora é majoritária no PT) com o conjunto do partido e sobrepôr seus interesses particulares à efetiva construção da centralização da intervenção da militância partidária no movimento sindical.

Se estas posições prevalecerem, passaremos a um período em que a luta interna será a principal luta desenvolvida pelo PT.

IX - A Guerra Civil Espanhola (2.^a parte)

De como a política do estalinismo asfixiou a revolução espanhola e abriu caminho para a vitória franquista.

As massas proletárias faziam uma leitura revolucionária do programa da Frente Popular e do resultado eleitoral. “Confiando apenas nas suas forças, apoderaram-se das ruas e, sem esperar pelas decisões governamentais”, diz o historiador soviético Maidanik, “começaram, com métodos revolucionários, por baixo, a realizar o programa da Frente Popular”.

Com esse avanço revolucionário, o proletariado atraía para sua dinâmica de luta camadas de camponeses pobres, de empregados, da juventude e da intelectualidade. Eram, objetivamente, integrados ao programa novos pontos, ou novas “interpretações”, que diziam das necessidades mais sentidas desses setores sociais, como ocupação de terras, fábricas, etc. A correlação de forças passou a ser favorável aos trabalhadores, à revolução.

O estalinismo, o PCE, por outro lado, via a vitória eleitoral apenas como confirmação da necessidade da “etapa democrática burguesa”, e o programa como sua formulação no quadro da realidade espanhola. Textualmente, o programa da Frente Popular era republicano pequeno-burguês. Ele tinha sido a fórmula encontrada pelo PCE de afiançar as forças políticas das “burguesias oprimidas” e da pequena-burguesia republicana contra a radicalização das massas.

Havia pois uma contradição concreta entre a compreensão daquele momento e das suas tarefas no campo republicano. De um lado o PCE, os socialistas moderados, os republicanos burgueses e pequeno-burgueses e, do outro, as grandes massas proletárias, com expressivos setores hegemonizados política e ideologicamente pelos anarquistas, esquerda socialista e comunistas revolucionários.

O golpe militar

A direita, após a repressão asturiana, tinha entrada na dinâmica de preparação de um golpe militar. Ela tinha sido derrotado eleitoralmente em todo o território espanhol. O caminho que lhe restava era o golpe militar.

No dia 19 de julho começou o levante militar nas principais guarnições. A extrema direita tinha escolhido o dia do levante, dispunha das armas, de um plano estratégico de luta e de um Estado Maior profissional. Contava, além disso, com a imprevidência do governo republicano e com as contradições no campo do proletariado. Apesar de tudo isso, em poucos dias de combate, o golpe militar estava derrotado nas principais concentrações populacionais.

No final, Madri ficou sob o controle de um comitê composto por comunistas, socialistas e sindicalistas da UGT. Barcelona nas mãos da recém fundada “Aliança Revolucionária Antifascista”, composta de anarquistas, “trotsquistas” e da Esquerda. Valença

nas mãos de uma aliança envolvendo esquerda e republicanos.

A reação espontânea das massas e a eficácia combativa das organizações operárias, foram os dois fatores principais na derrota do golpe. Essa derrota reforçou, em muito, o sentimento de segurança revolucionária das massas proletárias.

A Guerra Civil

O golpe foi derrotado, mas a direita não estava aniquilada. E a Guerra Civil teve começo. O território espanhol estava dividido. Nesse período inicial, houve vários levantes de soldados e marinheiros, que serviram, basicamente, para dificultar as operações militares contra-revolucionárias.

Quando terminou essa etapa inicial da Guerra Civil, o “campo republicano” estava sem um exército regular, propriamente dito, mas dispunha da maioria dos navios e aviões, conquistados pelos marinheiros e soldados. Esse material de guerra extremamente importante, apresentou rapidamente deficiências técnicas e operacionais, principalmente por falta de pessoal qualificado tecnicamente para operá-los, já que a grande maioria dos oficiais da marinha e dos aviadores ficou com o campo contra-revolucionário.

Apesar dessas debilidades do campo republicano, nesse momento inicial da Guerra Civil, havia todas as condições, inclusive em termos exclusivamente militares, para a vitória da revolução. A extrema direita, embora tivesse alguns enclaves em território espanhol, só mantinha de fato o território de Marrocos, fora do continente europeu, onde tinha concentrado o seu Estado Maior.

“Dialética” estalinista

O processo espanhol tomou de surpresa os estrategistas do Kremlin. O estalinismo, naquele momento, tinha transformado a Internacional Comunista em uma correia de transmissão do Estado russo e da burocracia. O centro da sua estratégia política era uma frente com as “democracias européias”, principalmente com a burguesia inglesa e francesa, contra o avanço hitlerista.

Na busca dessa aliança, o estalinismo submeteu tudo o mais. A revolução espanhola era algo não previsto pelo estalinismo. Estava fora dos seus planos. Contribuir para a vitória da revolução espanhola seria, na sua visão, romper com as burguesias européias. Deixar de prestar solidariedade, seria correr o risco de desmoralização ante o proletariado mundial, inclusive com a possibilidade do processo revolucionário ser dirigido, e vitorioso, com direções fora do seu controle, com todas as implicações daí decorrentes.

Por fim o estalinismo optou por prestar uma ajuda controlada a Espanha, ao



mesmo tempo em que se lançou, com todas as suas forças, para evitar que o processo revolucionário rompesse com o regime burguês. A evolução, contudo, usando uma caracterização do historiador citado, já tinha “desbordado” os limites democráticos burgueses, vivia uma dinâmica socialista, proletária.

Era um processo complexo, com enormes contradições internas, necessitando a combinação de várias “tarefas históricas” e formas de lutas, mas tinha uma qualidade proletária. “Nas semanas que se seguem ao 19 de julho”, afirma Fernando Claudin, em *A Crise do Movimento Comunista*, “o regime capitalista praticamente deixa de existir na zona republicana. De fato, os meios de produção e o poder político passam às mãos das organizações operárias”.

A contradição entre os objetivos do estalinismo e o processo real na Espanha, era evidente. Por isso, sua estratégia básica foi formulada dizendo que primeiro era necessário ganhar a guerra civil e, para isso, era necessário a unidade com a pequeno-burguesia e a burguesia republicana, manter e reforçar o Estado Republicano, reorganizando o exército regular, afiançando a propriedade privada, etc.

Objetivamente toda essa estratégia era, e se demonstrou nos fatos, uma falácia. Para vencer “a reação burguesa não se pode lutar com êxito senão com forças e métodos da revolução proletária”, dizia Trotsky, então. “Refluir” a revolução, recompor o Estado republicano, tentar manter a todo custo uma aliança com as forças pequeno-burgue-

sas e burguesas, combatendo para isso duramente as forças revolucionárias do campo proletário, na esperança de uma aliança com as burguesias européias contra o nazismo, não foi uma estratégia equivocada apenas, foi contra-revolucionária.

Um cenário

Quase imediatamente após a derrota do golpe militar, a contra-revolução, que se dizia nacionalista, começou a estruturar-se. Já nos primeiros dias de agosto, o General Franco, recebe as primeiras ajudas alemãs e italianas: aviões, canhões, 362.669 quilos de material bélico, 18.185 “voluntários” e, poucos dias depois, mais material bélico e mais “voluntários”. Hitler e Mussoline foram dando durante o transcorrer da Guerra Civil todo o apoio que necessitava o seu aliado espanhol.

No campo republicano, a situação era mais complicada. As burguesias inglesa e francesa não estavam dispostas a dar ajuda à República espanhola, já que possuídas de uma consciência de classe bem definida, viam no campo republicano, naquela situação concreta, os seus interesses de classe não assegurados. A França, naquele momento, dirigida por uma Frente Popular liderada por Leon Blum, líder socialista, apresentou então um plano de não intervenção. Outros governos burgueses europeus protestaram, inclusive o da Itália e o da Alemanha. Em 9 de agosto, a França publica uma proibição de exportação de armas para a Espanha. Dessa vez é Madri quem protesta, sabendo exatamente que

isso significaria que os governos burgueses "democráticos" estavam encontrando uma saída para não darem o apoio que necessitava a República Espanhola. Enquanto isso, as armas e os "voluntários" alemães e italianos continuavam chegando, para reforçar o campo da contra-revolução.

O argumento das armas

Nessa situação, apenas a URSS, fora os possíveis contrabandistas, tinha condições de prover a República de armas. Disso os estalinistas, e todas as forças republicanas, tinham plena consciência. Justamente nesse fato encontra-se o maior trunfo do estalinismo no processo espanhol. As suas armas e os seus técnicos militares eram fundamentais para se enfrentar a extrema direita na Guerra Civil. As armas e os técnicos seriam mandados, afirmava a equipe de Stalin, mas ao mesmo tempo a revolução espanhola teria que "refluir". E toda a orientação do PCE se baseou nessa direção.

Os socialistas de esquerda, liderados por Largo Caballero, chamado por seus adeptos de o "Lenin Espanhol", os anarquistas e o POUM, tinham, contudo, orientações opostas, nesse sentido, ao do PCE. Essas correntes, apesar das suas diferenças políticas e metodológicas, queriam manter o conteúdo proletário do processo.

A esquerda socialista era majoritária no PS e na sua central sindical, União Geral dos Trabalhadores. Ela não tinha uma estratégia definida de tomada do poder. Esperava que este quase se deslocasse para as suas mãos, já que eram setor majoritário do proletariado. Os anarquistas, que constituíam a outra corrente mais forte do proletariado, também não tinham uma estratégia de disputa do poder, amarrada, inclusive, pelos seus próprios limites ideológicos. O POUM, que tinha uma formulação mais definida, mais elaborada, tinha uma incidência mais forte sobre o prole-

tariado catalão, importante região industrial, disputando aí a hegemonia com os anarquistas.

Essas correntes, que constituíam o fundamental do proletariado espanhol, eram críticas não só à estratégia definida pelo estalinismo para a Espanha, mas também ao curso estalinista na URSS, que nesse momento realizava o primeiro Processo de Moscou. Por tudo isso constituíam para o PCE e para a Internacional Comunista "impecilhos" a serem eliminados.

Momentos de refluxo

O condicionante das armas e técnicos teve um peso muito forte entre as correntes de esquerda e todas elas, em formas e graus diferentes, levaram-na em conta, até mesmo, em certos casos, adaptando-se à dinâmica de guerra impulsionada pelo PCE e seus aliados republicanos. Isso no entanto, não foi suficiente para o estalinismo, que tinha passado a dar um forte combate a essas correntes, principalmente ao POUM, tido como trotsquista. Foi bem ilustrativo o fato de que justamente quando é realizado o primeiro Processo de Moscou, quando o estalinismo dava início à liquidação física de toda a antiga direção leninista soviética, o PCE lança uma dura campanha de calúnias e provocação contra a esquerda, principalmente contra o POUM, centrada em seu dirigente máximo, Andrés Nin (ver box).

Toda essa ofensiva de direitização do processo revolucionário espanhol teve dois momentos precisos. No primeiro, o PCE, os socialistas moderados e as forças pequeno-burguesas e burguesas republicanas, unidas, conseguem afastar do governo os socialistas de esquerda, inclusive Largo Caballero e os anarcosindicalistas. "Imediatamente", diz Fernando Claudin, na obra já citada, "levou-se a cabo a repressão policial contra o POUM, seguida da ofensiva contra Largo Caballero e seus partidários".

No segundo momento, com a esquerda revolucionária mais enfraquecida, os socialistas moderados, e as forças pequeno-burguesas e burguesas republicanas, trataram de reduzir a influência do PCE de toda as esferas do Estado, além de "refluir" ainda mais o conteúdo progressivo da República, buscando com isso limpar o caminho para um acordo com as "forças nacionalistas" do General Franco. Em outras palavras, para capitular.

Por último, como seqüência desse processo, o governo de Negrín, último governo republicano, com o apoio do PCE, elaborou um plano de 13 pontos, dirigido fundamentalmente à opinião pública mundial, buscando apresentar-se como um regime semelhante aos regimes burgueses democráticos. Era a última cartada da velha estratégia de tentar uma aliança com as burguesias "democráticas" da Europa. E, mais uma vez essa tentativa não deu em nada. Os "13 pontos" terminaram servindo ao governo de Negrín, para tentar um acordo com o General Franco. Este, já se



Cartaz do Partido Obrero de Unificación Marxista, o POUM

sentindo às portas da vitória, não aceitou esse caminho, preferindo continuar a pressionar militarmente a República pela rendição incondicional.

A República esgotava-se, perdia a fé em si mesma. O sentimento de capitulação cresce no campo republicano. A derrota aproximava-se. Como ato final dessa desagregação, o General Casado, um dos oficiais mais graduados do seu campo, tenta um golpe na própria República, buscando facilitar ainda mais as condições para um acordo com a contra-revolução. É, mais uma vez, o General Franco não aceita um acordo. Pouco tempo depois, Negrín e seu gabinete fogem para o exterior.

Um balanço

A Guerra Civil Espanhola deixou mais de um milhão de mortos. Foi um prenúncio da II Guerra. Na Espanha, mais que em qualquer outro país, após a Revolução de Outubro, as condições de vitória proletária estavam maduras. O processo tinha "desbordado" dos limites burgueses. Viviam-se a revolução proletária, socialista, onde o fundamental dos meios de produção já tinha passado para as mãos do proletariado. As grandes correntes operárias definiam-se pelo conteúdo proletário do processo.

Mas esse processo foi asfixiado. Foi asfixiado pelo estalinismo, principalmente, com a ajuda dos seus aliados "republicanos".

Jás às portas do desastre total, os militantes do PCE lutaram bravamente contra o fascismo, sustentando uma resistência heróica, mas não existiam então mais condições de mudar os rumos dos acontecimentos.

Uma semana após a derrota da República Espanhola, Hitler invade a Checoslováquia. Objetivamente a II Guerra surge no cenário europeu. Stalin firma um pacto de não agressão com Hitler.

O crime

Os métodos do Processo de Moscou chegam à Espanha através das mãos obedientes do PCE.

Liquidemos de uma vez para sempre esta fração de quinta coluna (o POUM). O povo soviético, com sua justiça implacável contra o grupo de sabotadores e assassinos trotskistas, nos assinala o caminho", assim falava o jornal *Ahora*, um dos órgãos do PCE, em 21 de janeiro de 1937. Era o chamado direto, aberto, à liquidação física do POUM. *La Pasionaria*, a mais conhecida das dirigentes estalinistas, afirma: "Não pode haver compromissos nem tratos com eles (os do POUM). Sempre devemos recordar que entre nós e os trotskistas há um abismo cheio de sangue."

É um abismo de sangue foi justamente o que os estalinistas construíram entre eles e os militantes revolucionários na Espanha. A orientação do estalinismo foi muito clara: "devemos batalhar até conseguir que o fascismo, o trotsquismo e os incontrolados sejam eliminados." afirmou José Diaz, prin-

cipal dirigente do PCE (informe ante o pleno ampliado do Comitê Central do PCE, em março de 1937). Os "incontrolados" era a designação feita, neste momento, para os anarquistas como para os socialistas de esquerda. O inimigo principal era o POUM.

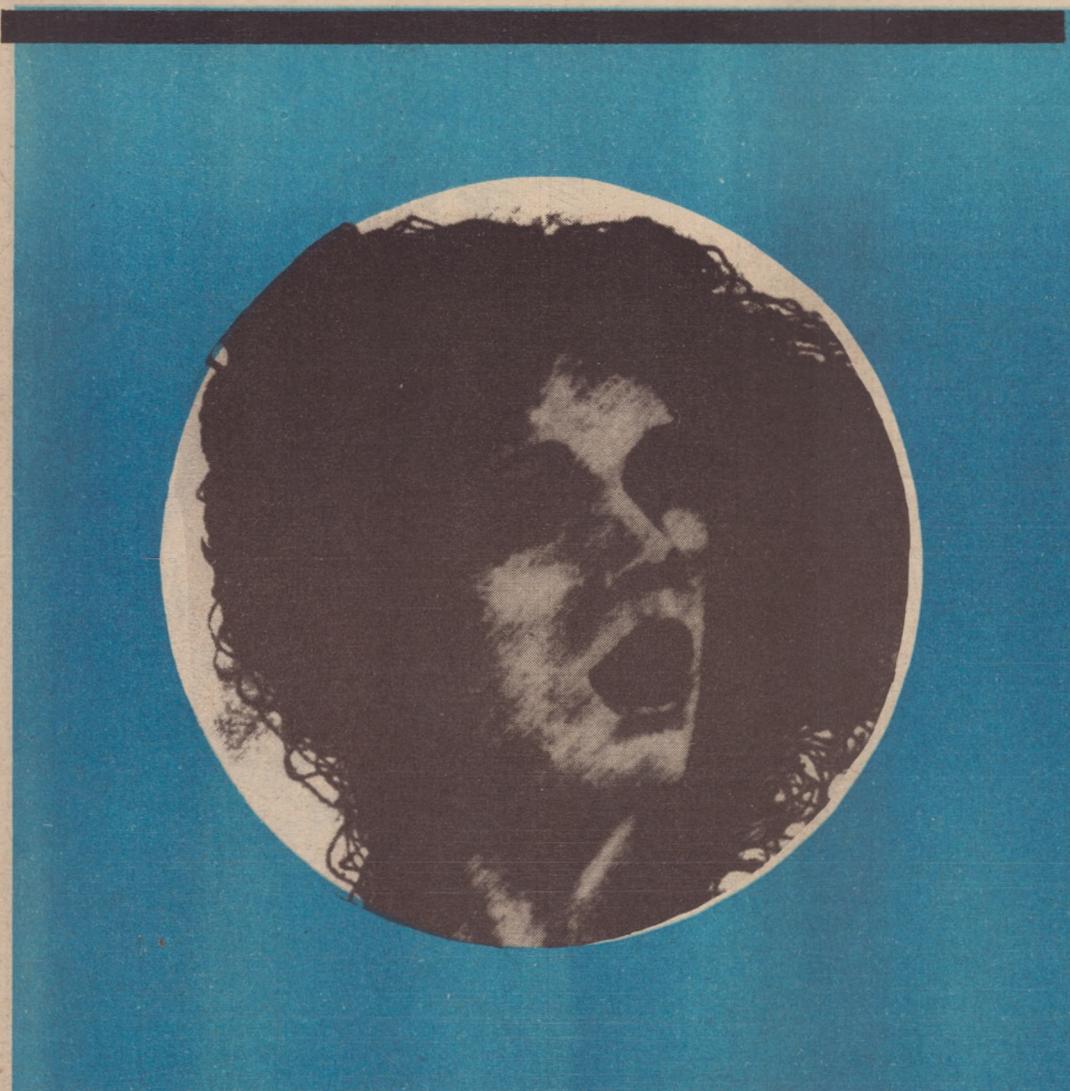
Repressão

Primeiro foram as calúnias. Uma campanha massiva, direta, usando-se todos os meios de comunicação então disponíveis. A chantagem das armas e dos técnicos tiveram um peso muito forte, nesse momento. Depois, foram as pressões para expulsar o POUM das frentes sindicais de massa e, mais adiante, buscando sua ilegalização. E, tudo isso era para limpar o caminho para a eliminação física dos militantes revolucionários, principalmente dos seus dirigentes.

Em 16 de junho de 1937, justamente

no mês da formação do governo burgueses de Negrín, com total apoio do PCE, Andrés Nin — o principal dirigente do POUM — é detido. Na verdade, foi uma prisão totalmente ilegal, além de contra-revolucionária. Andrés Nin foi seqüestrado. Depois de 50 anos não se sabe como foi assassinado e nem onde foi parar o seu corpo. Sabe-se que o PCE seqüestrou-o, torturou-o barbaramente para que ele "confessasse" ser um "agente fascista" e nessa tortura ele morreu. Esse bárbaro assassinato, além de muitos outros mais, foram feitos por ordem direta da direção estalinista na Espanha: Togliatti, Stepanov, Geroe.

Sgundo Jesus Hernandez, membro do burô político do PCE, e ministro da instrução pública durante a guerra civil, no seu livro *Eu fui ministro de Stalin*, o seqüestro, tortura e assassinato de Andrés Nin foi realizado por uma equipe da NKVD, sobre as ordens de um militante chamado Orlov.



O PT e a luta das mulheres

O PT é hoje referência para um amplo setor do movimento de mulheres. Mas a assimilação do feminismo e a organização do partido para intervir unificado politicamente no movimento está apenas começando

Dora Gomes

A preocupação com a organização das mulheres dentro do PT não é uma questão nova para o partido. Desde o seu processo de formação têm se desenvolvido tentativas de aglutinar e organizar as militantes que têm intervenção no movimento de mulheres e que buscam integrar ao projeto partidário do PT a compreensão da luta pela libertação das mulheres. Estas iniciativas, entretanto, têm sido até o momento muito limitadas, não apenas em relação à identidade que existe em amplos setores do movimento com o partido, mas também para dar conta das dificuldades de que o PT compreenda a necessidade da construção do movimento de mulheres autônomo e assimile o feminismo na sua prática política e no seu projeto de transformação social.

A preparação do **II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres**, dá um passo adiante, ao impulsionar a rearticulação do trabalho em alguns Estados

e começar a criar as condições para uma integração efetiva do trabalho feminista à vida do partido.

O papel do PT no movimento

A organização das mulheres dentro do PT nos coloca dois desafios: criar os instrumentos para potencializar a intervenção das petistas no movimento e fortalecer as condições para a incorporação da luta pela libertação das mulheres, do feminismo, pelo PT. Um aspecto a ser destacado é a necessidade de buscarmos a discussão permanente do movimento de mulheres, com o objetivo de unificar nossa intervenção.

O PT é hoje um pólo de identificação de um amplo setor do movimento de mulheres, mas que se mantém disperso em função da desarticulação interna e do atraso na elaboração de uma linha política para a intervenção de suas militantes. Às petistas cabe a tarefa de sistematizar nossa experiência na luta das mulheres, elaborar coletivamente para o PT nosso balanço deste

movimento no Brasil e contribuir para a definição de uma intervenção política que rompa com o espontaneísmo que tem sido a tônica da sua construção no último período, sem repetir os erros acumulados pela atuação do PCB, PC do B e MR-8 desde o início da década.

A construção de um movimento de mulheres forte, massivo e com caráter feminista, cobra do PT, através de suas militantes, um investimento na construção de uma nova direção para o movimento, que resgate o acúmulo feminista desenvolvido pelos grupos autônomos, combinando-o com seu enraizamento no movimento popular e mais recentemente no movimento sindical.

As comissões de mulheres

Decorre também desta necessidade de formação de uma nova direção para o movimento de mulheres, uma segunda tarefa da organização das mulheres do PT: a formação política feminista das militantes, capacitando-as para interven-

IMPRESSO

ção no movimento. O crescimento político das militantes mulheres, sua formação feminista, e o aumento de sua militância nos diferentes fóruns do partido são também fundamentais para garantir que a luta pela libertação das mulheres passe a fazer parte da vida cotidiana do PT.

A integração efetiva do feminismo à vida partidária depende fundamentalmente do crescimento do movimento de mulheres e da presença ativa das militantes dentro do partido, o que nos coloca a necessidade de desenvolver estruturas de participação integradas à vida orgânica do PT e capazes de multiplicar sua ação nos diferentes níveis da estrutura partidária. É a partir desses fóruns que se pode articular o trabalho nos diretórios e núcleos, organizar a assessoria à direção e ao partido como um todo nas questões relativas à luta das mulheres.

Para responder a estas necessidades, a organização das comissões de mulheres se coloca hoje como um objetivo central. É a formação e a atividade cotidiana destas comissões, combinando a discussão da intervenção no movimento, a formação feminista e a assessoria ao partido que pode significar um salto de qualidade na organização das mulheres dentro do PT, garantindo que o trabalho feminista não se isole no interior do partido.

A incorporação do feminismo

No estágio atual de construção do PT, quando o partido começa a definir o seu projeto estratégico de transformação social, a luta pela incorporação do feminismo passa a ter um papel decisivo. A proposta

de texto básico do **II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres**, ressalta alguns dos elementos: *"O movimento de mulheres e o feminismo trouxeram para a luta dos trabalhadores uma postura e um componente de rebeldia que questiona as relações de poder entre os sexos, e que são relações de poder que perpassam mesmo os diferentes setores do movimento dos próprios trabalhadores, inclusive aqueles que se colocam como portadores de profundas transformações da sociedade. Os temas libertários colocados pelo feminismo, sexualidade, prazer, orgasmo, direito de ter ou não ter filhos, o direito do exercício livre da sexualidade, sem a discriminação ao homossexualismo"* — e a exigência do respeito à integridade física, psicológica e emocional das mulheres, que colocam na ordem do dia questões como a discriminação do aborto, a punição dos assassinos "em defesa da honra", temas antes considerados tabus, exigem um tratamento político e cobram dos trabalhadores organizados integrá-los na sua luta. Ao mesmo tempo a "emergência de um conjunto de mulheres que se organizam na defesa de seus interesses, que levantam amplamente a questão da mulher na sociedade e na política e que nessa trajetória desenvolvem sua consciência como mulheres, amplia o campo da luta anti-capitalista" e, nesta medida, cresce nossa responsabilidade na luta para que o feminismo, a luta pela libertação das mulheres, seja parte integrante do programa e das propostas políticas do PT, um elemento consciente e ativo do partido.

EM TEMPO:

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 2.000,00

() Normal: Cz\$ 1.200,00

Nome:

Endereço:

CEP Cidade Estado

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP